



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - Área Administrativa/Judiciária** **Especialidade Direito**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva este Caderno de Questões juntamente com a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Reciclando ideias

Muitas pessoas, especialmente nos domínios dos negócios e da ciência, dedicam-se à inovação. Pensam, lecionam e escrevem sobre as maneiras pelas quais se pode estimular, medir e gerir a inovação. Como e por que a inovação acontece? – perguntam. Por que existem lugares e momentos históricos mais favoráveis que outros à inovação?

Florença, durante o Renascimento, serve como exemplo; ou a Inglaterra nos estágios iniciais da Revolução Industrial, quando surgiram as máquinas têxteis e a locomotiva a vapor; ou o Vale do Silício (Califórnia, EUA), na década de 70, plataforma de tantos avanços na eletrônica e na informática... Algumas pessoas acreditam que a inovação possa ser encorajada por meio da criação de centros de pesquisa, outras, por meio da meditação, sessão de discussão ou até mesmo softwares que facilitarão a geração de ideias... Mas o que, exatamente, é inovação?

Suspeito que a visão da era do romantismo continue a prevalecer até hoje. De acordo com ela, a inovação é o trabalho de um gênio solitário, muitas vezes um professor distraído, que carrega uma ideia brilhante na cabeça – aquilo que meu tio, um físico que trabalhava no setor industrial, costumava chamar de “onda cerebral”. Caso de Isaac Newton, por exemplo, que supostamente descobriu a gravidade quando uma maçã caiu em sua cabeça. No entanto, existe uma visão alternativa da inovação, da qual compartilho. De acordo com essa visão, a inovação é gradual, em lugar de súbita, e coletiva, em vez de individual. Não existe uma oposição acentuada entre tradição e inovação. É possível até mesmo identificar tradições de inovação, sustentadas ao longo de décadas, como no caso do Vale do Silício, ou de séculos, como nos campos da pintura e da escultura durante a Renascença florentina. Por isso, em vez da metáfora da “onda cerebral”, talvez fosse mais esclarecedor usar como metáfora a reciclagem, o reaproveitamento ou o uso improvisado de materiais.

O caso da tecnologia serve como exemplo. Na metade do século XV, Gutenberg inventou a máquina de impressão. No entanto, prensas estavam em uso na produção de vinho havia muito tempo. A brilhante ideia de Gutenberg representou uma adaptação da prensa de vinho a uma nova função.

(Adaptado de Peter Burke, **Folha de S. Paulo**, 24/05/2009. Trad. de Paulo Migliacci)

1. O conceito de **inovação**, tal como é aceito e exposto pelo autor do texto, está intimamente associado
- (A) à genialidade pessoal de quem se predispõe a criar.
 - (B) à justa aceção que lhe atribuíram os românticos.
 - (C) à ruptura que a autêntica criação estabelece com o passado.
 - (D) a uma escalada criativa direcionada pela tradição.
 - (E) a um conjunto aleatório de procedimentos improvisados.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Os casos de Florença e do Vale do Silício exemplificam o fato de que as inovações ocorrem por efeito da “onda cerebral”.
 - II. Há espaços históricos e geográficos em que ocorrem inovações encadeadas, constituindo elas mesmas uma peculiar tradição.
 - III. As inovações obtidas ao longo da Revolução Industrial deveram-se a centros de pesquisa voltados para a descoberta de materiais.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. O que caracteriza, basicamente, a perspectiva **romântica** que ainda prevalece quando se fala em **inovação** é o
- (A) esforço coletivo do empreendimento inovador.
 - (B) tributo que o moderno sempre deve pagar ao antigo.
 - (C) caráter de improviso de toda ação renovadora.
 - (D) transporte da solução de um problema para a de outro.
 - (E) mérito individual de uma criação isolada.

4. (...) a inovação é gradual, em lugar de súbita, e coletiva, em vez de individual.
- Na construção dessa frase, o autor tirou proveito
- (A) da homonímia que ocorre entre *gradual* e *individual*.
 - (B) da paronímia estabelecida por *coletiva* e *individual*.
 - (C) de dois pares de palavras de sentidos contrastantes.
 - (D) de dois pares de palavras de sentidos equivalentes.
 - (E) da paronímia que ocorre entre *gradual* e *súbita*.

5. O caso referido no último parágrafo do texto exemplifica
- (A) um novo direcionamento funcional.
 - (B) um atributo da “onda cerebral”.
 - (C) a oposição entre tradição e inovação.
 - (D) a iluminação de um gênio solitário.
 - (E) a visão romântica da operação inventiva.

6. Na frase É possível até mesmo identificar tradições de inovação, sustentadas ao longo de décadas (3º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido do contexto, por:
- (A) Ainda assim, é possível identificar.
 - (B) Conquanto seja possível identificar.
 - (C) É possível, inclusive, identificar.
 - (D) É possível, apesar disso, identificar.
 - (E) Não obstante, é possível identificar.



7. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente respeitadas na frase:
- (A) A muitas pessoas costumam convencer a ideia de que as invenções se devem tão-somente a um lampejo de genialidade.
- (B) Ocorreram, tanto na antiga Florença como no moderno Vale do Silício, segundo os termos do texto, uma tradição de inovação.
- (C) Seria melhor se não continuassem a prevalecer, em nossos dias, a anacrônica visão dos românticos sobre a inovação.
- (D) A identificação de tradições de inovação exemplifica-se, no texto, com os casos de Florença e do Vale do Silício.
- (E) Não se poderiam imaginar que prensas de vinicultura viessem a inspirar, decisivamente, a invenção da imprensa.
-
8. **NÃO** é possível transpor para a voz passiva a seguinte construção:
- (A) Florença, com seu ciclo artístico, serve como exemplo.
- (B) Isaac Newton não descobriu a lei da gravidade por causa de uma maçã.
- (C) A pintura florentina ampliou os horizontes da arte.
- (D) Gutenberg adaptou a prensa de vinho a uma nova função.
- (E) O caso exemplifica uma reciclagem.
-
9. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Muitas pessoas pensavam e escreviam sobre as maneiras pelas quais possam estimular, medir e gerir a inovação.
- (B) Algumas pessoas acreditavam que a inovação pudesse ser encorajada por meio da criação de centros de pesquisa.
- (C) Suspeitávamos que a visão da era do romantismo continuara a prevalecer até os nossos dias.
- (D) Pena que não exista uma visão alternativa da qual poderemos todos ter vindo a compartilhar.
- (E) Seria mais esclarecedor se substituirmos a metáfora "onda cerebral" por outra que de fato terá sido mais apropriada.
-
10. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Peter Burke não compartilha com a tese que os românticos viam o fenômeno da invenção como um atributo de apenas gênios isolados.
- (B) Na visão de um historiador, não há feito isolado, como invenção absoluta, que independessem de outros fatos concorrentes a ela.
- (C) Embora aparentemente se oponha quanto ao sentido, tradição e invenção se mesclam como um fator de progresso extremamente inventivo.
- (D) Não há dúvida quanto a períodos históricos aonde ocorra especial desenvolvimento inventivo, sejam nas artes, sejam na tecnologia.
- (E) Faz parte do senso comum acreditar, ainda hoje, que toda e qualquer grande invenção decorre do talento pessoal de um gênio.
-
11. Atente para as seguintes frases:
- I. Existe uma visão alternativa da inovação, da qual compartilho.
- II. É possível identificar tradições de inovação, sustentadas ao longo de décadas.
- III. A invenção é vista como um dom dos gênios, que têm uma inspiração arrebatadora.
- A supressão da vírgula altera o sentido do que está em
- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.
-
12. Há casos de invenção tecnológica se pode perceber muito bem o processo se chega a uma criativa reciclagem.
- Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:
- (A) em cujos – do qual
- (B) aonde – de cujo
- (C) aos quais – de onde
- (D) nos quais – pelo qual
- (E) dos quais – com cujo
-
13. Suspeito que a visão da era do romantismo continue a prevalecer até hoje.
- Uma outra redação correta, de sentido equivalente, para a frase acima, poderia ser:
- (A) Imagino de que a visão romântica subsiste mesmo em nossos dias.
- (B) Desconfio que a perspectiva romântica siga sendo a predominante.
- (C) Desconfio que a visada romântica perdure tanto quanto sempre foi.
- (D) Imagino que a perspectiva romântica atue cada vez mais majoritariamente.
- (E) Desconfio de que visão romântica fique sendo bem mais representativa.
-
14. Invenções? Sempre houve invenções, assim como sempre houve quem interpretasse as invenções como lampejos de gênio, porém é mais sensato que não se atribuem às invenções características milagrosas.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) houve elas – lhes interpretasse – não se as atribuem
- (B) houve-as – as interpretasse – não atribuem-se-lhes
- (C) houve estas – lhes interpretasse – não lhes atribuem
- (D) as houve – intepretasse-lhes – se não lhes atribuem
- (E) as houve – as interpretasse – não se lhes atribuem
-
15. Impõe-se que seja **reescrita**, por falha estrutural, a seguinte frase:
- (A) Há quem costume associar invenção ao lampejo de um gênio.
- (B) Costuma-se enxergar uma interferência divina em toda grande invenção.
- (C) As invenções costumam ser atribuídas enquanto dons divinos.
- (D) É comum que se vejam as invenções como manifestações de genialidade.
- (E) Muita gente considera as invenções fenômenos isolados e excepcionais.



Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto abaixo.

Caso de injustiça

Conta o poeta Carlos Drummond de Andrade que, adolescente, foi expulso do colégio porque pediu ao professor de Português que atribuísse uma nota justa à redação que escrevera, já que o mestre lhe dissera haver sido muito generoso na avaliação. O pedido altivo do rapaz foi entendido como um ato de "insubordinação mental". Drummond considerou esse caso pessoal decisivo para que, desde então, passasse a não esperar muito da justiça humana.

De fato, aquele professor de Português lembra essas pessoas que, investidas de alguma autoridade, usam-na para afetar benevolência e distribuir favores que, certamente, serão cobrados depois. Querem passar por "generosas", quando não são mais que despóticas e arbitrarias.

(Amílcar Neves Sampaio, inédito)

16. A reação de Drummond adolescente à declaração do professor de Português foi motivada pelo fato de o rapaz

- (A) não aceitar a acusação de ser um subordinado mental.
- (B) não tolerar uma manifestação de afetada benevolência.
- (C) preferir valer-se do despotismo em vez de hipocrisia.
- (D) imaginar que o mestre não havia sido sincero, quando o fora.
- (E) não contar com as consequências, aliás desproporcionais.

17. Traduz-se **adequadamente** o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *atribuísse uma nota justa* = arbitrase um conceito mais severo.
- (B) *pedido altivo* = interpelação voluntariosa.
- (C) *investidas de alguma autoridade* = assomadas por autoritarismo.
- (D) *afetar benevolência* = aparentar magnanimidade.
- (E) *despóticas e arbitrarias* = despojadas e involuntárias.

18. Depreende-se do contexto que a acusação de "insubordinação mental" tem como pressuposto o valor positivo atribuído

- (A) à rebeldia física.
- (B) à indiferença emocional.
- (C) à subserviência intelectual.
- (D) ao decoro da aparência.
- (E) ao temperamento insatisfeito.

19. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) A muitas pessoas não (**ocorrer**) que ser justo e ser benevolente não é exatamente a mesma coisa.
- (B) O jovem Drummond indignou-se com a afetação de generosidade em que bem se (**traduzir**) as palavras do professor.
- (C) Os benefícios que hoje se (**estender**) a alguém não devem ser cobrados amanhã.
- (D) (**costumar**) investir-se de autoridade moral justamente aqueles que não a têm.
- (E) Não (**dever**) entregar-se os jovens à humildade que redunde em simples conformismo.

20. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Por que teria o jovem Drummond de aceitar, aquela insolência travestida de generosidade, com que o tratou seu professor?
- (B) Poucas coisas há, mais perniciosas, do que disfarçar uma fraqueza da nossa personalidade, pela virtude que lhe corresponde.
- (C) O sistema de troca de favores segundo alguns sociólogos, constitui uma prática disseminada, ao longo de nossa constituição como povo.
- (D) Embora a nota da redação fosse alta o jovem Drummond, diante da arrogância do mestre, preferiu que este lhe desse, a que julgasse justa.
- (E) Em vez de ser reconhecida como virtuosa, a altivez do jovem foi punida, muito injustamente, com a expulsão do colégio.

Noções de Informática

21. O gestor de um órgão público determina que, em todos os endereços de correio eletrônico, o nome do domínio seja composto pela sigla do órgão (TJ) considerando o padrão de *sítes* governamentais brasileiros para o Estado de Sergipe (SE).

Para cumprir corretamente essa determinação, os *e-mails* (onde "usuário" representa o nome do remetente) devem ter a seguinte estrutura:

- (A) usuário.tj@se.gov.br
- (B) usuário@tj.se.gov.br
- (C) usuário.tjse@gov.br
- (D) usuário.se.br@tj.gov
- (E) usuário.gov@br.tj

22. Quanto às medidas sensatas e objetivas de precaução contra a propagação de *vírus* por *e-mail*, considere:

- I. Nunca abrir arquivos anexados às mensagens.
- II. Desabilitar, no programa leitor de *e-mails*, a auto-execução de arquivos anexados às mensagens.
- III. Não anexar arquivos às mensagens.
- IV. Excluir todos os *e-mails* que forem recebidos com arquivos anexados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.



23. Considere a seguinte recomendação:

Os botões semelhantes da barra de tarefas devem sempre ser agrupados a fim de minimizar o espaço utilizado (Windows XP, edição doméstica).

São formas possíveis de principiar o cumprimento desta recomendação (considerar o modo clássico em quaisquer circunstâncias e mouse destro); clicar em Iniciar com o botão

- (A) direito do mouse e escolher Propriedades ou com o esquerdo, escolher Configurações e depois, Painel de controle.
- (B) esquerdo do mouse e escolher Propriedades ou com o direito, escolher Configurações e depois, Painel de controle.
- (C) direito do mouse e escolher Barra de tarefas ou com o esquerdo, escolher Configurações e depois, Painel de controle.
- (D) direito do mouse e escolher Propriedades ou com o esquerdo, escolher Barra de tarefas e depois, Configurações.
- (E) esquerdo do mouse e escolher Barra de tarefas ou com o direito, escolher Configurações e depois, Painel de controle.

24. No BrOffice.org calc (planilha), a recomendação de em todos os documentos produzidos (textos, planilhas e outras) constar, na primeira linha, a data e hora atuais (obtidas do computador) da produção do documento é possibilitada pelo uso da função

- (A) Diasnomês ().
- (B) Diaútil ().
- (C) Dias360 ().
- (D) Agora ().
- (E) Diatrabalhototal ().

25. Uma das formas para que os arquivos vitais do sistema não sejam danificados em razão de acessos impróprios é

- (A) o uso do modo de exibição de conteúdo das pastas do sistema.
- (B) o uso do modo de exibição de pastas simples em barras de navegadores internet.
- (C) a ocultação das extensões de arquivos conhecidos.
- (D) o uso do modo de exibição de extensões de arquivos conhecidos.
- (E) a ocultação dos arquivos protegidos do sistema operacional.

Raciocínio Lógico

26. Suponha que uma pessoa nasceu na segunda metade do século XX e que, no ano x^2 , ela terá x anos. Assim sendo, o ano do nascimento dessa pessoa é

- (A) 1980
- (B) 1975
- (C) 1970
- (D) 1965
- (E) 1960

27. Se, para numerar todas as páginas de um texto, forem usados 225 algarismos do sistema decimal de numeração, quantas vezes o algarismo 3 aparecerá na numeração dessas páginas?

- (A) Menos do que 20
- (B) 21
- (C) 33
- (D) 42
- (E) Mais do que 43

28. Trocando a ordem das letras OEMTSIO obtém-se um adjetivo que é um sinônimo da palavra OBSTINADO. A letra central desse adjetivo é

- (A) E
- (B) O
- (C) M
- (D) I
- (E) S

29. Cinco Analistas Judiciários – Alceste, Benjamim, Carmela, Damilton e Eustáquio – foram assistir a uma palestra e, para tal, ocuparam cinco das seis poltronas vagas de uma mesma fila de um anfiteatro, dispostas da forma como mostra o esquema abaixo:

PALCO

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
|---|---|---|---|---|---|

Sabe-se que:

- supersticiosa que é, Carmela não sentou-se em poltrona de número ímpar;
- Alceste sentou-se na poltrona imediatamente à direita de Benjamin;
- Eustáquio era a terceira pessoa sentada, a contar da direita para a esquerda.

Nessas condições, é correto afirmar que a única poltrona que, com certeza, não ficou desocupada era a de número

- (A) 6
- (B) 5
- (C) 4
- (D) 3
- (E) 2

30. Uma tabela de números inteiros positivos foi construída obedecendo a determinado padrão:

| 1ª Coluna | 2ª Coluna | 3ª Coluna | 4ª Coluna | 5ª Coluna |
|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 1 | 3 | 5 | 7 | 9 |
| 10 | 12 | 14 | 16 | 18 |
| 19 | 21 | 23 | 25 | 27 |
| 28 | 30 | 32 | 34 | 36 |
| 37 | 39 | 41 | 43 | 45 |
| . | . | . | . | . |
| . | . | . | . | . |
| . | . | . | . | . |

Caso esse padrão fosse mantido indefinidamente, seria correto concluir que o número

- (A) 324 estaria na quarta coluna.
- (B) 435 estaria na terceira coluna.
- (C) 685 estaria na segunda coluna.
- (D) 427 não estaria na tabela.
- (E) 565 não estaria na tabela.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com relação aos Direitos e Garantias Fundamentais é correto afirmar:

- (A) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- (B) Aos autores pertence o direito e exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo intransmissível aos herdeiros em razão da personalidade existente.
- (C) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento visando a garantia da ordem pública.
- (D) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei do país de origem, sempre que não lhes seja mais favorável a lei do último domicílio do *de cuius*.
- (E) São a todos assegurados, mediante o pagamento de taxas a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

32. Joana é professora estadual em Brasília, onde residia com seu marido, Pedro. Quando ela estava grávida, Pedro, diplomata brasileiro, foi transferido para a cidade de Madri, na Espanha, a serviço do Brasil. Em Madri, nasceu João, filho do casal. Neste caso, João é

- (A) estrangeiro, podendo se naturalizar, sendo exigida apenas residência em território nacional por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (B) estrangeiro, podendo se naturalizar, se vier a residir no Brasil por quinze anos ininterruptos e opte pela nacionalidade brasileira.
- (C) estrangeiro, podendo se naturalizar, se optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, não havendo prazo mínimo de residência em território brasileiro.
- (D) brasileiro nato por expressa disposição Constitucional neste sentido.
- (E) brasileiro nato, desde que seus pais registrem o filho no Consulado Brasileiro e João, quando completar dezoito anos de idade, opte pela nacionalidade brasileira.

33. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil NÃO é condição de elegibilidade para o cargo de Vereador

- (A) a nacionalidade brasileira.
- (B) a idade mínima de vinte e um anos.
- (C) o domicílio eleitoral na circunscrição.
- (D) o alistamento eleitoral.
- (E) a filiação partidária.

34. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Municípios:

- I. Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- II. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de sessenta dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- III. Em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- IV. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

35. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

- (A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (B) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição Federal brasileira.
- (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

36. Dentre outras hipóteses, a Constituição da República Federativa do Brasil poderá ser emendada mediante proposta de

- (A) um terço, no mínimo, das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (B) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (C) um terço, no mínimo, das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- (D) dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (E) dois terços, no mínimo, das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.



37. Considere as seguintes assertivas a respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária:

- I. O Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- II. Para ser nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União é necessário possuir mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- IV. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

38. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, respectivamente, o Presidente

- (A) do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Corregedoria.
- (B) do Tribunal Superior Eleitoral, da Câmara dos Deputados e do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.
- (D) do Tribunal Superior Eleitoral, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- (E) da Câmara dos Deputados, do Tribunal Regional Eleitoral e do Senado Federal.

39. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de Ministros, escolhidos dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada nomeados pelo Presidente

- (A) da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (B) da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (C) da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- (D) do Congresso Nacional, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) do Congresso Nacional, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

40. Com relação ao Superior Tribunal de Justiça é correto afirmar:

- (A) Os Ministros serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) Compõe-se de, no mínimo, trinta e um Ministros.
- (C) Dois terços dos membros são advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados pelo seu presidente.
- (D) É competente para processar e julgar, originariamente, a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (E) Dois terços dos membros são integrantes do Ministério Público Federal, indicados pelo Procurador Geral da República.

Direito Administrativo

41. Sobre o controle administrativo da Administração Pública é INCORRETO afirmar que

- (A) o recurso hierárquico impróprio é dirigido para a mesma autoridade que expediu o ato recorrido.
- (B) o recurso hierárquico próprio é dirigido para a autoridade imediatamente superior, dentro do mesmo órgão em que o ato foi praticado.
- (C) a representação, em regra, é denúncia de irregularidade feita perante a própria Administração.
- (D) a revisão é recurso a que faz jus servidor público punido pela Administração, para reexame da decisão.
- (E) a expressão coisa julgada administrativa significa que a decisão se tornou irretratável pela própria Administração.

42. Sobre o poder de polícia, considere:

- I. A diferença entre a polícia administrativa e a polícia judiciária se dá, dentre outros elementos, pela ocorrência ou não de ilícito penal.
- II. A Polícia Militar não atua na esfera da polícia administrativa, sendo corporação especializada.
- III. A polícia administrativa não envolve os atos de fiscalização.
- IV. A auto-executoriedade é um dos atributos do poder de polícia.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.



| | |
|---|--|
| <p>43. A convalidação do ato administrativo</p> <p>(A) é sempre possível quando o vício diz respeito à forma.</p> <p>(B) não é possível se o vício decorre de incompetência do agente que o praticou.</p> <p>(C) pode ocorrer se o vício recair sobre o motivo e à finalidade.</p> <p>(D) é admitida nas hipóteses de incompetência em razão da matéria.</p> <p>(E) é a supressão do vício existente em ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado.</p> | <p>47. Nos casos de responsabilidade objetiva, o Estado só se exime de responder se</p> <p>(A) o seu agente agiu com dolo, caso em que a responsabilidade é do agente.</p> <p>(B) faltar o nexo entre o seu comportamento e o dano.</p> <p>(C) o seu agente não agiu com culpa em sentido estrito.</p> <p>(D) houver culpa concorrente do lesado.</p> <p>(E) o dano foi de pequena monta.</p> |
| <p>44. É direito do administrado, expressamente previsto na Lei sobre Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99),</p> <p>(A) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.</p> <p>(B) expor os fatos conforme a verdade.</p> <p>(C) ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.</p> <p>(D) não agir de modo temerário.</p> <p>(E) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.</p> | <p>48. Os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade para cujo custeio o erário concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, sujeitam seus autores às penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92)</p> <p>(A) apenas se os atos também configurarem infração penal.</p> <p>(B) sem qualquer limitação.</p> <p>(C) apenas quanto ao ressarcimento dos danos.</p> <p>(D) salvo se agiu com culpa em sentido estrito.</p> <p>(E) limitada a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.</p> |
| <p>45. A prestação de garantia do contrato administrativo</p> <p>(A) se for constituída de caução em dinheiro, não sofrerá correção na devolução.</p> <p>(B) não pode ser feita por meio de fiança-bancária.</p> <p>(C) em hipótese alguma pode exceder a cinco por cento do valor contratado.</p> <p>(D) nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, do valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.</p> <p>(E) não precisa ser atualizada mesmo que o contrato sofra reajuste.</p> | <p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>49. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil</p> <p>(A) os pródigos.</p> <p>(B) os maiores de 16 e menores de 18 anos.</p> <p>(C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.</p> <p>(D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.</p> <p>(E) os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.</p> |
| <p>46. Sobre a licitação é correto afirmar que</p> <p>(A) nas concorrências de âmbito internacional, o licitante brasileiro poderá cotar em moeda estrangeira, se assim for permitido ao licitante estrangeiro.</p> <p>(B) em igualdade de condições, como critério de desempate, os bens produzidos por empresa brasileira têm preferência sobre os bens produzidos no País.</p> <p>(C) a licitação pode ser sigilosa, desde que devidamente justificado.</p> <p>(D) para acompanhar o desenvolvimento da licitação deve o cidadão demonstrar legítimo interesse.</p> <p>(E) o princípio do julgamento objetivo não é expressamente previsto na Lei de Licitações.</p> | <p>50. A respeito das diferentes classes de bens, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.</p> <p>(B) Consideram-se imóveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.</p> <p>(C) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertencentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.</p> <p>(D) Considera-se móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.</p> <p>(E) São necessárias as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso do bem.</p> |



| | |
|--|---|
| <p>51. O domicílio</p> <p>(A) dos oficiais da marinha é o lugar onde servem.</p> <p>(B) do marítimo é o lugar em que o navio estiver atracado.</p> <p>(C) do incapaz é o lugar em que foi registrado o seu nascimento.</p> <p>(D) do militar do Exército é a sede do comando a que se encontrar subordinado.</p> <p>(E) do preso é o lugar em que cumpre a sentença.</p> | <p>55. Na compra e venda,</p> <p>(A) prevalece a amostra, o protótipo ou o modelo, se houver contradição ou diferença com a maneira pela qual se descreveu a coisa no contrato.</p> <p>(B) convencionada a venda, sem fixação de preço ou de critério para a sua determinação, se não houver acordo por ter havido diversidade de preço, prevalecerá o termo mínimo.</p> <p>(C) a fixação do preço pode, no contrato, ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.</p> <p>(D) nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito de uma autoriza a rejeição de todas.</p> <p>(E) é vedada a compra e venda entre cônjuges com relação aos bens excluídos da comunhão.</p> |
| <p>52. A respeito das modalidades das obrigações, é correto afirmar que</p> <p>(A) a obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela se isso não tiver sido mencionado expressamente no título.</p> <p>(B) nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.</p> <p>(C) nas obrigações alternativas, pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.</p> <p>(D) não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolva em perdas e danos.</p> <p>(E) convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se, para todos os efeitos, a solidariedade.</p> | <p>56. Na sucessão legítima, no que concerne ao direito de representação, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os representantes só podem herdar, como tais, o que herdaria o representado, se vivo fosse.</p> <p>(B) na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.</p> <p>(C) o renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão de outra.</p> <p>(D) o direito de representação dá-se na linha reta ascendente e descendente.</p> <p>(E) o quinhão do representado partir-se-á por igual entre os representantes.</p> |
| <p>53. A respeito do adimplemento das obrigações, considere:</p> <p>I. Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se devidos.</p> <p>II. O devedor pode reter o pagamento enquanto não lhe seja dada quitação regular.</p> <p>III. É lícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p> | <p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>57. O juiz dará curador especial</p> <p>(A) ao incapaz, se não tiver representante legal.</p> <p>(B) a um dos cônjuges, quando o interesse deste colidir com o do outro.</p> <p>(C) ao réu citado por edital, que apresentou tempestivamente contestação através de advogado constituído.</p> <p>(D) ao réu citado por hora certa, que apresentou tempestivamente contestação através de advogado constituído.</p> <p>(E) ao incapaz, quando representado por tutor constituído na forma da lei civil.</p> |
| <p>54. A respeito dos contratos em geral, é correto que</p> <p>(A) o que estipula em favor de terceiro não pode exigir o cumprimento da obrigação.</p> <p>(B) se o contrato tiver por objeto a herança de pessoa viva, deverá, obrigatoriamente, ser feito por instrumento público.</p> <p>(C) podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.</p> <p>(D) pode o adquirente demandar pela evicção mesmo sabendo que a coisa era alheia ou litigiosa.</p> <p>(E) é vedado às partes celebrar contratos atípicos, ainda que observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.</p> | <p>58. As partes podem modificar a competência em razão</p> <p>(A) da hierarquia e do território.</p> <p>(B) do valor e do território.</p> <p>(C) do valor e da hierarquia.</p> <p>(D) da hierarquia, apenas.</p> <p>(E) do território, apenas.</p> |



| | |
|---|---|
| <p>59. Com relação à citação é correto afirmar:</p> <p>(A) Será considerada ineficaz se o réu não tiver colocado a nota de ciência no mandado.</p> <p>(B) Poderá ser feita a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso.</p> <p>(C) Será feita pelo correio quando for ré a pessoa jurídica de direito público.</p> <p>(D) A interrupção da prescrição pela citação retroagirá à data da propositura da ação.</p> <p>(E) Ordenada por juiz incompetente não constituirá em mora o devedor.</p> | <p>63. Sobre os embargos de declaração pode-se afirmar que</p> <p>(A) podem ser opostos no prazo de 10 (dez) dias.</p> <p>(B) não estão sujeitos a preparo.</p> <p>(C) só têm cabimento na segunda instância.</p> <p>(D) mesmo quando manifestamente protelatórios, não ensejam a imposição de multa.</p> <p>(E) serão relatados pelo revisor do acórdão embargado.</p> |
| <p>60. Nos processos perante o Juizado Especial Cível instituído pela Lei nº 9.099/95, admitir-se-á</p> <p>(A) a assistência.</p> <p>(B) a intervenção de terceiro.</p> <p>(C) o litisconsórcio.</p> <p>(D) propositura de ação pelo preso.</p> <p>(E) propositura de ação em face de pessoa jurídica de direito público.</p> | <p>64. A respeito da execução por quantia certa contra devedor solvente, é correto afirmar que:</p> <p>(A) A avaliação do bem penhorado, em regra, não poderá ser feita pelo oficial de justiça.</p> <p>(B) A alienação por iniciativa particular depende da expressa anuência do devedor.</p> <p>(C) Na alienação em segunda praça ou leilão será aceito lance de qualquer valor.</p> <p>(D) Se o valor do crédito for superior ao dos bens adjudicados, a execução prosseguirá pelo saldo remanescente.</p> <p>(E) A adjudicação só poderá ser requerida se o bem penhorado não for adquirido em hasta pública.</p> |
| <p>61. De acordo com a Lei nº 8.009/90, a impenhorabilidade do imóvel residencial do casal NÃO compreende</p> <p>(A) os móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.</p> <p>(B) o jardim.</p> <p>(C) o pomar.</p> <p>(D) os equipamentos de uso profissional.</p> <p>(E) as obras de arte.</p> | <p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>65. Ocorre o crime de denunciação caluniosa quando o sujeito ativo:</p> <p>(A) provoca a instauração de procedimento contraven- cional.</p> <p>(B) se acusa, perante a autoridade, de crime inexistente.</p> <p>(C) solicita à polícia que apure determinado delito.</p> <p>(D) comunica à polícia que foi vítima de crime.</p> <p>(E) dá causa à instauração de investigação adminis- trativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.</p> |
| <p>62. A respeito da resposta do réu, considere:</p> <p>I. Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.</p> <p>II. O prazo para o réu oferecer a reconvenção começa a correr do último dia do prazo para contestação.</p> <p>III. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados na contestação, mesmo se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p> | <p>66. Quem solicita vantagem para si, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, comete o crime de</p> <p>(A) peculato.</p> <p>(B) tráfico de influência.</p> <p>(C) excesso de exação.</p> <p>(D) advocacia administrativa.</p> <p>(E) corrupção ativa.</p> <p>67. Quanto ao elemento moral, os crimes podem ser:</p> <p>(A) comissivos e omissivos.</p> <p>(B) simples e complexos.</p> <p>(C) individuais e coletivos.</p> <p>(D) dolosos e culposos.</p> <p>(E) políticos e mistos.</p> |



| | |
|---|---|
| <p>68. Constituem elementos do estado de necessidade:</p> <p>(A) Perigo atual ou iminente, que o agente não tenha provocado, nem podia de outro modo ter evitado.</p> <p>(B) Reação à injusta agressão, atual ou iminente, fazendo uso dos meios necessários moderadamente.</p> <p>(C) Agressão atual, defesa de direito próprio ou de outrem e reação moderada.</p> <p>(D) Existência de perigo atual, cujo sacrifício, nas circunstâncias era razoável exigir-se.</p> <p>(E) Defesa de direito próprio ou de outrem, voluntariamente provocado pelo agente e exigibilidade de conduta diversa.</p> | <p>72. São pressupostos subjetivos dos recursos:</p> <p>(A) legitimidade e adequação.</p> <p>(B) cabimento e tempestividade.</p> <p>(C) interesse jurídico e legitimidade para recorrer.</p> <p>(D) prequestionamento e adequação.</p> <p>(E) cabimento e interesse jurídico.</p> |
| <p>69. Os efeitos extrapenais da condenação, previstos no art. 92 do Código Penal brasileiro, são:</p> <p>(A) não específicos e genéricos.</p> <p>(B) automáticos e secundários.</p> <p>(C) específicos e não automáticos.</p> <p>(D) primários e não automáticos.</p> <p>(E) genéricos e específicos.</p> | <p>73. A respeito do Inquérito Policial é correto afirmar:</p> <p>(A) O Inquérito Policial pode ser presidido pelo Ministério Público.</p> <p>(B) O Inquérito Policial uma vez instaurado, não poderá ser arquivado pela autoridade policial.</p> <p>(C) O sigilo do Inquérito Policial, necessário à elucidação do fato, estende-se ao Ministério Público.</p> <p>(D) O princípio do contraditório deve ser observado no Inquérito Policial.</p> <p>(E) O Inquérito Policial constitui-se na única forma de investigação criminal.</p> |
| <p>70. Além dos requisitos gerais de crime continuado comum, são condições do crime continuado específico (art. 71, Parágrafo Único, do Código Penal brasileiro) que</p> <p>(A) os crimes sejam dolosos, praticados contra vítimas diversas e com violência ou grave ameaça à pessoa.</p> <p>(B) os crimes sejam dolosos e culposos, praticados contra uma única vítima.</p> <p>(C) as infrações sejam praticadas mediante uma única ação e que resulte em dois ou mais crimes.</p> <p>(D) os crimes sejam consumados ou tentados, culposos e violentos.</p> <p>(E) as infrações sejam praticadas mediante mais de uma ação, resultando em crime único.</p> | <p>74. São condições da ação penal:</p> <p>(A) Legitimação para agir, qualificação do acusado e prazo.</p> <p>(B) Que o fato narrado constitua crime, que a parte seja legítima e que esteja presente condição de procedibilidade.</p> <p>(C) Prazo, a forma e o destinatário.</p> <p>(D) Possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimação para agir.</p> <p>(E) A descrição do fato criminoso em todas as circunstâncias, a classificação do crime e a qualificação do acusado.</p> |
| <p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>71. A apresentação espontânea do acusado à autoridade, segundo a legislação processual brasileira:</p> <p>(A) Autoriza a revogação da prisão preventiva decretada.</p> <p>(B) Impede a decretação da prisão temporária.</p> <p>(C) Impede a decretação da prisão preventiva.</p> <p>(D) Autoriza a prisão em flagrante.</p> <p>(E) Não impede a decretação da prisão preventiva nos casos em que a lei a autoriza.</p> | <p>75. No que diz respeito ao direito de representação, é correto afirmar:</p> <p>(A) O prazo para exercício do direito de representação é de direito material, devendo ser computado o dia do começo e excluído o dia final.</p> <p>(B) Sendo a vítima menor de 18 anos, o direito de representação passará ao representante do Ministério Público.</p> <p>(C) Tratando-se de ofendido doente mental, o direito de representação será exercido pelo seu representante legal, porém somente na hipótese de incapacidade absoluta.</p> <p>(D) A representação é condição necessária para o início da ação penal, porém é dispensável para a instauração do inquérito policial.</p> <p>(E) No caso de morte do ofendido ou quando ausente do país, o direito de representação poderá ser exercido pelo seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.</p> |

**Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe**

Atenção: As questões de números 76 a 80 referem-se ao Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe.

76. Considere os seguintes requisitos:

- I. População mínima de trinta mil habitantes.
- II. Movimento forense anual não inferior a trezentos feitos judiciais contenciosos, incluindo-se os Juizados Especiais
- III. Extensão territorial mínima de duzentos quilômetros quadrados.
- IV. Repasse da arrecadação estadual, proveniente de impostos, no exercício anterior, não inferior a dois mil salários mínimos.

São requisitos, dentre outros, para a criação de novas Comarcas os indicados APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e III.

77. Durante as férias coletivas funcionará, no Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a Câmara Especial de Férias. Os Desembargadores que forem designados pelo Presidente do Tribunal para a Câmara Especial de Férias

- (A) podem recusar a indicação, no prazo de vinte e quatro horas antes do início das férias.
- (B) podem recusar a indicação, no prazo de quarenta e oito horas antes do início das férias.
- (C) não podem recusar a indicação em razão da hierarquia existente entre os membros do Tribunal.
- (D) não podem recusar a indicação, uma vez que o Código de Organização Judiciária prevê a vedação de recusa, sujeitando o magistrado às penalidades administrativas disciplinares.
- (E) podem recusar a indicação, no prazo de cinco dias antes do início das férias.

78. Com relação à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe é correto afirmar:

- (A) O Presidente eleito poderá designar Juizes-Auxiliares pelo tempo máximo de um ano, vedada a prorrogação da designação.
- (B) O mandato do Presidente terá início no primeiro dia útil do mês de Janeiro.
- (C) A Presidência do Tribunal de Justiça é exercida por um Desembargador, eleito por três anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo.
- (D) É obrigatória a aceitação do cargo de Presidente do Tribunal, salvo recusa manifestada e aceita antes da eleição.
- (E) Vagando o cargo de Presidente, dentro de trinta dias, a contar da vaga, realizar-se-á a eleição para o cargo.

79. Em se verificando o impedimento do Magistrado ou entre este e o membro do Ministério Público, ou auxiliar de Justiça ou entre os dois últimos, será afastado do feito

- (A) o servidor com mais de 10 anos de trabalho no mesmo Tribunal.
- (B) o servidor mais antigo.
- (C) o último servidor nomeado.
- (D) o servidor com mais idade.
- (E) o servidor com menos idade.

80. Em primeiro grau de jurisdição, qualquer dúvida ou impugnação na distribuição será encaminhada ao

- (A) Corregedor-Geral da Justiça, não cabendo qualquer tipo de recurso por expressa vedação legal.
- (B) Juiz-Diretor do Fórum da respectiva Comarca que decidirá de imediato, cabendo recurso ao Presidente do Tribunal.
- (C) Juiz-Diretor do Fórum da respectiva Comarca que decidirá de imediato, cabendo recurso ao Vice-Presidente do Tribunal.
- (D) Corregedor-Geral da Justiça, cabendo recurso ao Presidente do Tribunal.
- (E) Juiz-Diretor do Fórum da respectiva Comarca que decidirá de imediato, cabendo recurso ao Corregedor-Geral da Justiça.